

Meio ambiente e sociedade: uma relação a ser pensada a partir da vida

Environment and society: a relationship to be thought from life

Cláudia Battestin¹, Arnaldo Nogaro² e Elisabete Cerutti³

^{1, 2, 3} Doutorado em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI,
Frederico Westphalen, RS, Brasil

Resumo

O presente artigo visa apresentar um ensaio teórico sobre a Educação Ambiental cuja ênfase ocorre a partir de um princípio ontológico que visa à vida. Enquanto pesquisa bibliográfica, o estudo reveste-se de reflexões que remetem ao cuidado com todas as formas de vida, estabelecendo a relação do homem com a natureza, lugar em que ocorre a centralidade de uma educação ambiental. Embora haja contextualização de que a exploração humana alterou o equilíbrio natural, o ensaio pensa estratégias e soluções para a superação da crise ambiental. Como conclusão, aponta a Carta de Belgrado enquanto promoção do indivíduo para a construção da cidadania a partir da Educação Ambiental e da responsabilidade humana.

Palavras-chave: Educação ambiental. Vida. Responsabilidade Humana.

Abstract

This article presents a theoretical essay on Environmental Education whose emphasis occurs from an ontological principle that aims to life. As literature, the study is of reflections that refer to beware of all forms of life, establishing the relationship of man with nature, a place where there is the centrality of environmental education. Although there contextualization that human exploration changed the natural balance, the test think strategies and solutions to overcome the environmental crisis. As the conclusion, the Belgrade Charter while promoting individual to the construction of citizenship from the Environmental Education and human responsibility.

Keywords: Environmental Education. Life. Human Responsibility.

1 Introdução

É fato que o ritmo da sociedade é acelerado pela ordem do progresso, competição e avanço, mas a reflexão deverá ser o crivo inicial sobre cada ato realizado. Se a situação é extrema e caótica, a natureza modificada clama por salvação.

Qual seria a salvação? Educar para o meio ambiente? A educação ambiental educa a partir de um princípio ontológico visando à vida como um todo? É importante observarmos sobre o que vem a ser Educação ambiental (EA), o que representa educar para o meio ambiente, e sobre que ambiente é esse. Segundo Kitzmann (2007) as ações de EA podem ocorrer em espaços tão diversos como numa sala de aula do ensino regular (EA formal), quanto na beira da praia ou de um córrego no âmbito de um projeto de uma organização não-governamental – ONG ambientalista (EA não-formal), ou através de um programa de televisão ou matéria de jornal (EA informal).

Historicamente, o meio ambiente sempre foi considerado essencial e importante para que a vida permanecesse no seu meio, sendo considerado um patrimônio da humanidade. A própria Lei nº 6.938/81, que trata da política do meio ambiente, define no seu artigo 3º. I, o “[...] meio ambiente como: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas”. Porém, quando nos remetemos ao termo “ambiente”, temos que ter claro que ele ainda não é o “meio”. Para os autores Ayres e Bastos, é preciso superar a concepção que temos de ambiente como sendo um “meio” ambiente.

Faz-se necessário superar a concepção de ambiente como mera externalidade onde comparecem apenas florestas, rios, solo, diversidade biológica etc., e venha a se conceber ambiente como espaço que é igualmente processo e no qual atuam relações de poder, ou seja, onde tudo isso tem implicações sociais, econômicas, culturais, simbólicas e ecológicas (2007, p. 32).

Da mesma forma, temos a terminologia de educação ambiental com duas palavras importantes: educação e ambiental. Mas, para que tipo de ambiente visa a educação? Seria para o Meio ambiente de matas e rios ou para um “ambiente” que remeta o cuidado com todas as formas de vida? Nossa intenção é clara ao longo do texto, tememos pela superação do antropocentrismo, e em nenhum momento seria possível tal superação com a divisão das partes. Para Tozoni (2004, p.13): “Acima de tudo educação ambiental é educação”. Em todos os sentidos é preciso levar em consideração o caráter sócio-histórico do homem. É preciso restabelecer a relação do homem com a natureza, e o autor Fustel de Coulanges define muito bem essa relação.

O homem dos primeiros tempos estava constantemente imerso na natureza; os costumes da vida civilizada ainda não haviam provocado a separação entre a natureza e o homem. Seu olhar encontrava-se perante essa beleza, ou deslumbrava-se perante suas grandezas. Gozava da luz, receava a noite e, ao ver reaparecer “a santa claridade dos céus”, sentia-se reconhecido e grato. Sua vida dependia inteiramente da natureza; esperava a nuvem benfazeja que lhe garantiria a colheita; temia a tempestade que lhe destruíra o trabalho e as esperanças de todo o ano. Sentia a cada momento a sua fraqueza diante da força incomparável de quanto o rodeava. O homem sentia, perpetuamente, um misto de veneração, de amor e de terror perante o poder da natureza (1975, p.132).

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 afirma que: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois isso seria um bem comum a todos, essencial à qualidade de vida, devendo então, o poder público e a coletividade ter o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A constituição federal brasileira compreende a proteção ambiental fundamental para a dignidade humana, pois isso implica na qualidade de vida do ser como cidadão. Seguindo na mesma linha, Lucie Sauvé aponta a trama do meio ambiente como:

(...) a trama da própria vida, ali onde se encontram natureza e cultura; o meio ambiente é o cadinho em que se forjam nossa identidade, nossas relações com os outros, nosso “ser-no-mundo”. A educação ambiental não é, portanto, uma “forma” de educação (uma “educação para...”) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. (...) Mais do que uma educação “a respeito do, para o, no, pelo ou em prol do” meio ambiente, o objeto da educação ambiental é de fato, fundamentalmente, nossa relação com o meio ambiente (SAUVÉ, 2005, p.317).

É visível e noticiado o quanto o desenvolvimento tecnológico e industrial tem contribuído para o avanço e desenvolvimento das sociedades. Há quem analise que tal desenvolvimento tem contribuído para a destruição e impacto do meio ambiente. Exemplos comprovados são o grande desmatamento, a poluição das águas, e a grande escassez dos recursos naturais, levando a extinção de espécies.

Pensando em um âmbito maior e universal, a exploração humana sobre a natureza pela sociedade industrial, alterou todo o equilíbrio natural.

O destino ecológico comum poder-se-ia pensar, deveria encher os habitantes do planeta com o sentimento de solidariedade próprio daqueles que estão num mesmo barco e predispô-los a subordinar todos os interesses divergentes ao interesse comum pela sobrevida (APEL, 1994, p.163-164).

A revolução Industrial iniciada no Século 21, simplesmente completou uma nova forma de agir e relacionar-se com a natureza, “[...] privada de toda aura, a natureza não era outra coisa que um objeto para submeter a nosso domínio” (BECCHI, 1989, p.7).

Atualmente, o cenário apresentado é de uma crise que nos leva a refletir não somente sobre o crescimento sem precedentes, mas sim sobre o que a humanidade tem feito perante tal situação. As problemáticas anunciadas não são mais de abrangência local, pois os problemas atingiram uma dimensão global e nisto estão implícitos as perturbações climáticas, os acidentes nucleares, a degradação da camada de ozônio, as enchentes, formação de lagos artificiais, produção de chuvas artificiais, represamento e desvio dos rios, extermínio de espécies de animais, as secas e o descongelamento das geleiras. Porém, as associações feitas a níveis locais, vivências diárias, aproximam o ser humano cada vez mais de uma desigualdade social munida de um sistema econômico insustentável e inviável para o bem do planeta Terra.

2 Pensando estratégias e soluções

A crise ambiental está vinculada diretamente ao desenvolvimento dos conflitos sociais, e infelizmente parece não fazer parte de uma consciência política. Apel (1994) já anunciava que em um futuro próximo, os problemas, catástrofes, crises, deveriam continuar, mas sempre com novos conflitos.

As tentativas de movimentos e manifestos existem ao longo das décadas. Um exemplo é a carta de Belgrado¹, elaborada durante o I Seminário Internacional de Educação Ambiental no ano de 1975, apresentando a necessidade de “[...] associar o indivíduo ao processo ativo para resolver os problemas no contexto das realidades específicas e de fomentar a iniciativa, o sentido de responsabilidade e o empenho em construir um amanhã melhor” (INAMB, 1990, p.22). Na elaboração da carta na década de 70, já existia uma dimensão global dos problemas ambientais, e o indivíduo já estava sendo alertado para cuidar e responsabilizar-se com o futuro, mas, para isso,

¹ Texto adotado por unanimidade, no “Colóquio sobre Educação Ambiental”, organizado pela UNESCO e pelo PNUA, em Belgrado, de 13 a 22 de Outubro de 1975, onde foram formulados os princípios e traçadas as linhas diretrizes da Educação Ambiental, para todo o mundo.

[...] é necessário que milhões de indivíduos revejam as suas próprias opções, assumam uma nova ética universal individualizada e reflitam, no seu comportamento, o compromisso de melhorar qualidade do ambiente e da vida dos povos do mundo inteiro (INAMB, 1990, p.10).

A partir desta conferência, surgem inúmeras mobilizações, encontros e manifestos no cenário ambiental, reconhecendo que os problemas não se restringem a problemas locais, e sim de uma abrangência nunca antes imaginável.

Seria através de uma educação voltada ao cuidado do meio ambiente que poderíamos promover ou desenvolver no indivíduo a construção de uma cidadania voltada à responsabilidade ambiental? Na carta de Belgrado, a aposta é que através de uma educação ambiental possamos “[...] mudar as atitudes, no sentido de uma tomada de consciência das nossas responsabilidades, no que diz respeito ao ambiente” (INAMB, 1990, p. 33).

Se a ética é um princípio norteador importante para analisarmos os problemas de existência humana, ela é fundamental para a práxis coletiva. Conforme Giacóia, a Responsabilidade é “[...] uma das mais importantes contribuições que a filosofia contemporânea oferece para a reflexão dos problemas éticos emergentes com a escalada planetária da técnica e da crise ecológica” (2001, p.194).

No entanto, os conflitos entre os homens, caracterizados por um complexo sistema econômico, ambiental, político e social, geram contradições globais em meio a tantas diferenças que podem ser presenciadas cotidianamente. É através destas contradições que o ser humano deverá refletir sobre sua importância como um sujeito que faz parte do meio. A reciprocidade é fundamental para esse processo de relações, preservações e perpetuações da vida. O que está em questão é a responsabilidade humana, para a continuação de toda e qualquer espécie que necessite de condições de segurança para a sobrevivência. E para isso é preciso estabelecer e educar para novos hábitos, valores e atitudes a fim de universalizar uma responsabilidade como premissa essencial para a vida em sociedade, o que leva Morin (2000, p. 76) a firmar a necessidade de um outro aprendizado, o de “estar aqui” no planeta terra.

Aprender a estar aqui significa: aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar; é o que se aprende somente nas – e por meio de – culturas singulares. Precisamos doravante aprender a ser, viver, dividir, comunicar coo humanos no Planeta Terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos.

É preciso reestabelecer a unidade entre o homem e natureza, e por meio desta relação poderemos buscar a inserção da responsabilidade tanto na formação de uma geração, como na sociedade como um todo. Para isso é preciso instituir, organizar e acima de tudo vislumbrar que tais mudanças possam fazer parte da construção de novos olhares sobre a educação.

Precisamos desenvolver programas de políticas públicas que mostrem para a sociedade novas competências desenvolvidas para a conservação da vida como um todo. Segundo Sorrentino (2011) urge o compromisso com a construção de processos capazes de resgatar ou desenvolver a autoestima e a capacidade de diálogo em e entre cada pessoa e grupo social de tal forma que lhes permitam estabelecer as suas agendas de prioridades e os seus pactos de gestão compartilhada, para e nos territórios onde constroem os seus projetos de futuro.

Faz-se necessária uma nova teoria da responsabilidade que recoloque o último pensamento ético, o do indivíduo como sujeito moral de sua conduta. Ela tem que se centrar na humanidade frágil e perecível, perpetuamente ameaçada pelos poderes do homem, que se tornou perigoso para si mesmo, constituindo agora seu próprio risco absoluto (DUPAS, 2011, p.105).

Somente com princípios éticos e responsáveis poderemos fundamentar um discurso potencialmente pedagógico a fim de justificar a importância da educação com abrangência em todos os níveis de formação humana, contemplando a vida como parte essencial e fundamental para a esfera

planetária. Bauman (2011, p. 35) é enfático ao defender a necessidade de uma responsabilidade planetária de verdade. O reconhecimento do fato de que todos nós, que compartilhamos o planeta, dependemos uns dos outros para nosso presente e nosso futuro; de que nada que fazemos ou falhamos ao fazer é indiferente para o destino “[...] de qualquer pessoa; e que já não podemos, nenhum de nós, buscar e encontrar abrigos privados para tempestades originadas em qualquer parte do globo”. Caso contrário voltaremos ao reducionismo, ou criaremos um novo antropocentrismo em privilegiar somente o cuidado com algumas formas de vida. Para tal efetivação, é fundamental o diálogo, a construção e a desconstrução de novos e velhos preceitos éticos, a fim de ressaltar a necessidade de fortalecimento no processo educativo de uma coletividade que possa refletir e agir perante a vida. Isso indica a possibilidade de implementar propostas educacionais contemporâneas e inovadoras quando desenvolvidas de maneira que compreenda as exigências do agir coletivo, e da práxis humana.

3 Considerações finais

Lutar por mudanças na esfera pública, principalmente no que se refere à contemplação de uma formação coletiva, ética e com responsabilidade, demandam de um conjunto de ações que possibilitem o respeito a vida e a continuidade da mesma. Complementando com a ideia de Meister: “É importante pensar que uma ética do futuro não existe para que seja aplicada no futuro, mas é uma ética atual, que cuida, que estrutura o presente para que possa existir o porvir (2008, p.165).

O educador Pedro Georgen (2001, p. 80) argumenta que as “[...] novas gerações devem ser familiarizadas com as tradições ético-morais para, num processo racional, discursivo internalizarem aqueles princípios que resultarem desse processo como convenientes para a comunidade”. Dentro dessa perspectiva, seria possível assegurar um processo de ensino aprendizagem com uma educação que possa apontar para os perigos e os caminhos que a humanidade deverá seguir. O educador desempenha um papel fundamental tanto na prática como na teoria, pois é através de seus conhecimentos e ensinamentos que poderemos propagar e vivenciar valores acerca da cidadania, responsabilidade e princípios éticos morais. Precisamos também, segundo Meister (2008, p. 165), uma ética que cuide e proteja “[...] a nós e nossos descendentes das ações avassaladoras da natureza, da vida”.

Estamos diante de um desafio: o de saber fazer escolhas a fim de saber decidir e discernir o momento e a maneira de experienciar o mundo. Educar para o meio ambiente é um dos caminhos para o nosso tempo, para o tempo de necessidades, de emergências e de buscas, devendo ser um processo contínuo, interrupto, em que os ensinamentos sejam de forma dialética, onde todos aprendem e ensinam visando um conhecimento que possa firmar atitudes e desafios. Isso tudo pode não parecer novo, porém, é necessário enfatizar a todo o momento a necessidade de educar com responsabilidade.

Referências

- APEL, Karl Otto. **Estudos de Moral Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- AYRES, F. G. S.; BASTOS F., J. B. O exercício das liberdades, o combate à pleonexia e a educação ambiental no processo do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais: ICTR & CEPEMA**. São Paulo, n. 7, ago. 2007. Disponível em: <http://www.rbciamb.com.br/images/online/07_artigo_5_artigos122.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2011.
- BECCHI, Paolo. La ética en la era de la técnica. Elementos para una crítica a Karl-Otto Apel y Hans Jonas. In: **Cuadernos de Filosofía del Derecho**. Universidad de Alicante, Espagráfic, 1989.
- COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. 1ed. São Paulo: Hemus, 1975.
- DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. São Paulo: Unesp, 2011.

- GIACOIA, Oswaldo, Junior. Hans Jonas: O Princípio Responsabilidade, Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. In: OLIVEIRA, de, A Manfredo (Org.). **Correntes Fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOERGEN. P. **Pós-modernidade, ética e educação – polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores associados, 2001.
- INAMB. Instituto Nacional do Meio Ambiente. **Educação Ambiental: textos básicos**. Lisboa, 1990.
- KITZMANN, D. Ambientalização de espaços educativos: aproximações conceituais e metodológicas. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande: FURG, v. 18, jan. a jun. de 2007.
- MEISTER, José Antonio Fracalossi. **O Conceito Vida como Fundamentação ontológica da ética da Responsabilidade em Hans Jonas**.197f.Tese (Doutorado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.
- SORRENTINO, M. Universidade, educação ambiental e políticas públicas. In: **Visões e experiências ibero-americanas de sustentabilidade nas universidades**. Desdobramentos do 3º seminário internacional de sustentabilidade na universidade. São Carlos: novembro de 2001.
- TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: SP: Autores Associados, (Coleção educação contemporânea), 2004.